

A DIFUSÃO DA IGREJA CATÓLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA E SUAS TERRITORIALIDADES, ANO 2000*

Karina Vianna Cardoso¹

Introdução

A presente pesquisa, intitulada “A Difusão da Igreja Católica no Estado de Santa Catarina e suas territorialidades, ano 2000”, faz parte de um projeto maior desenvolvido no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura – NEPEC –, no Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro –, denominado “A Territorialidade da Igreja Católica no Brasil e sua Dinâmica”. Desenvolvida na linha de pesquisa da Geografia da Religião, busca ressaltar o estudo das manifestações religiosas na dimensão espacial. Aparentemente, Geografia e Religião são dois temas que não apresentam ligações. No entanto, constituem duas práticas sociais e “se encontram através da dimensão espacial, uma porque analisa o espaço, a outra porque, como fenômeno cultural, ocorre espacialmente” (Rosendahl, 1996: 11). Enquanto no período de 1930 a 1970 a preocupação dos geógrafos no que tange à religião se detinha nas formas religiosas no espaço, a partir de 1970, a geografia da religião passa a se ocupar com o simbolismo no espaço, e com as marcas do sagrado impressas na paisagem.

É oportuno compreender as relações tecidas entre os grupos sociais e as paisagens e, mais ainda, as transformações então *impressas* mediante suas motivações e experiências religiosas. Desse modo, a Geografia da Religião preocupa-se com a materialização da fé e com o reconhecimento dos bens simbólicos, a fim de analisar os significados religiosos conferidos ao espaço. Significados estes que refletem, sem dúvida, as formas de organização dos grupos sociais, suas práticas e as articulações que nele estabelecem como estratégias de controle. Para a melhor compreensão desses espaços apropriados pela religião, alguns conceitos primordiais compõem a base teórica deste trabalho. Nas diversas interpretações do sagrado, alguns autores são dignos de evidência, salientando que a sua manifestação não precisa estar somente nas coisas visíveis, conforme aponta Mircea Eliade ao dicotomizar o sagrado e o profano. Para Weber, o sagrado encontra representação no carisma que algumas poucas pessoas possuem, enquanto que para Otto, o sagrado está presente no ‘numinoso’. O espaço sagrado, por sua vez, pode ser entendido como o lugar de sacralidade associado à área no entorno, a qual sofre a influência desta sacralidade e, segundo Rosendahl (1996: 30), “constitui um campo

* Iniciação Científica, PIBIC/UERJ

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro
karinarj@globocom

de forças e valores que transporta o homem religioso para um meio distinto daquele onde transcorre sua existência. (...), o espaço profano é aquele que se localiza *ao redor* do sagrado, representando uma área diferenciada, com influência maior ou menor do sagrado”.

Nesse sentido, o geógrafo Büttner (apud Rosendahl, 1996) propõe a existência de três orientações geográficas para o estudo da religião, destacando-se, dentre elas, a apropriação do espaço por pessoas, grupos ou instituições religiosas, a qual imprime modificações simbólicas nesse espaço, transformando-o em um território cultural, sem desconsiderar, contudo, as influências externas na relação dialética entre a religião e o ambiente. Ao estudo dos espaços sagrados e profanos, interessa-nos focalizar, conforme aponta Rosendahl (2002), a temática desenvolvida na dimensão da religião, do território e de suas territorialidades. Para a geógrafa, esta proposta nos leva a compreender as *marcas* que a religião e seus símbolos produzem no território religioso. A religião e seus arranjos espaciais imprimem *marcas* na paisagem – fixos e fluxos, segundo Santos (1991). Os fixos – como os templos, os cemitérios e os oratórios –, as configurações espaciais que os fluxos de peregrinos realizam ao traçar a fé no espaço e as regras e penalidades impostas ajudam a desvendar a relação intrínseca do sagrado com o espaço e com as formas de expressão da população devota.

A base teórica então utilizada estará assentada no conceito de territorialidade que, entendida como *prática de apropriação e controle de um dado território, constitui-se em um conjunto de ações engendradas por grupos sociais diversos, empresas e instituições*¹, a exemplo da Igreja Católica Apostólica Romana. Neste sentido, o conceito de território é então utilizado a fim de melhor clarificar as relações de poder engendradas por grupos sociais e com reflexos diretos em suas expressões simbólicas e materiais. Para Sack, *a Igreja reconhece e controla muitos tipos de territórios*, abrangendo os lugares sagrados e as edificações da Igreja, bem como sua própria estrutura administrativa. O reconhecimento de domínios hierárquicos territoriais como estratégia desta instituição constitui foco central deste estudo, atestando a relevância de tais territórios na irradiação e manutenção do poder político – religioso.

Por territorialidade religiosa comungamos com Rosendahl (inédito), que a define como sendo

“o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território, onde o efeito do poder do sagrado reflete uma identidade de fé e um sentimento de propriedade mútuo (...), fortalecida pelas experiências religiosas

¹ Ver SACK (1986)

coletivas ou individuais que grupo mantém no lugar sagrado e nos itinerários que constituem seu território”.

O estabelecimento de dioceses e paróquias – providas de relações hierarquizadas, as quais dialogam intimamente com as estratégias singulares impostas pelo poder religioso a fim de formar uma rede de controle complexa e polarizada – compõem parte de nossas reflexões, visando apreender a dinâmica sócio - espacial brasileira, valendo-se dos processos de urbanização e povoamento no recorte espacial determinado, o estado de Santa Catarina, no ano 2000.

Esta pesquisa, considerada a base para reflexões mais amplas sobre o objeto escolhido, apresenta como recorte espacial o estado de Santa Catarina e como recorte temporal, o ano 2000. Tal dimensão espaço – temporal justifica-se pela fonte disponível, o Anuário Católico do Brasil 2000, publicado pelo CERIS – Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais –, associado à Igreja Católica, pelos dados do Censo Demográfico 2000, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e pela literatura acerca desta temática. É sabido que o estudo da Geografia da Religião foi negligenciado por um período na história do pensamento geográfico, bem como a construção dos espaços religiosos nas mais diversas áreas brasileiras. Sendo assim, reconhecer a influência da Igreja Católica no processo de povoamento e evolução das cidades no estado de Santa Catarina, torna o presente trabalho inédito nesta área de conhecimento.

A influência e magnitude da religião católica na dinâmica populacional brasileira atestam, dentre outras coisas, que a religião, na perspectiva da geografia cultural, em suas dimensões política, econômica e do lugar, deve necessariamente enriquecer as preocupações dos geógrafos na busca pela compreensão das manifestações simbólicas no espaço geográfico. Neste ínterim, a produção dos bens simbólicos, que conferem significados às práticas religiosas, a construção de territórios religiosos, entendidos como uma “unidade político-espacial demarcada onde o acesso é controlado e dentro da qual a autoridade é exercida por um profissional religioso” (Rosendahl, 2003: 194), os quais podem adquirir arranjos espaciais diferenciados ao longo do tempo - com a criação e o desmembramento de dioceses, bem como com a fragmentação ou extinção de paróquias - e a vivência e percepção do sagrado no processo de difusão da fé católica – tais como os comportamentos religiosos e o simbolismo -, constituem dimensões de análise que relacionam o sagrado e o profano à sociedade e ao espaço em que ela habita.

Torna-se relevante focalizar a espacialidade da Igreja Católica no recorte espacial, no ano 2000, e reconhecer suas diferentes territorialidades. Nesse sentido, o estudo das paróquias e dioceses na escala dos municípios pretende analisar a gênese e a evolução das cidades, os movimentos migratórios em Santa Catarina e outras possíveis estratégias

ainda não conhecidas e que são objeto central do desenvolvimento da pesquisa, a fim de identificar a atual divisão territorial religiosa deste estado, com ênfase, sobretudo, na estruturação da rede diocesana enquanto parte integrante da rede geográfica, onde o espaço se apresenta como elemento determinante. Interessa-nos questionar, neste sentido, como as práticas da Igreja Católica refletem diferentes padrões espaciais e distintos padrões regionais e, simultaneamente, como tais práticas interferem na organização espacial. Além disso, as lógicas territoriais, que abrangem os objetivos, as práticas e o recorte do território ao longo do tempo, adotadas pela Igreja Católica na constituição das dioceses também se configuram como objeto de investigação da presente pesquisa.

Com o intuito de analisar a estrutura episcopal do estado, reflexões e estudos iniciais permitiram observar um total de 10 dioceses e 305 paróquias, as quais foram responsáveis pela difusão da Igreja Católica, estabelecendo, assim, um modelo de distribuição espacial e de gestão do território. Por conseguinte, “edifícios da Igreja, lugares sagrados, paróquias e dioceses são lugares e áreas separados por limites, dentro dos quais a autoridade e o acesso são controlados, constituindo-se em território religioso, onde o efeito do poder sagrado reflete uma identidade de fé e um sentimento de propriedade mútua” (Rosendahl e Corrêa, 2003: 3).

Território e Territorialidade da Fé Católica

Consciente de que o estudo da problemática merece reflexões profundas e leituras minuciosas e visando a plena compreensão acerca dos pontos de relevância até então mencionados, uma questão, cerne da presente pesquisa, deve ser a investigação das estratégias utilizadas pela Igreja Católica no processo de criação e evolução das cidades e sua influência singular no estado de Santa Catarina, apropriando-se dos territórios e difundindo as suas territorialidades. A intenção de desvendar os questionamentos principais pertinentes a este objeto de estudo propiciou a realização de um levantamento teórico que se assentou, principalmente, em alguns conceitos específicos, como os de território e territorialidade, intensamente utilizados pelos estudos geográficos no final do século XX.

O geógrafo Ribeiro (2002) aborda o conceito de território como demarcado por um limite de territorialidade, mediante sua apropriação, por um determinado intervalo de tempo e por um certo grupo social. Contudo, tal conceito pode ser lembrado segundo Corrêa (1991), que apresenta grupos que se distinguem segundo a renda, sexo, cor, religião ou identidade, mediante um conjunto de práticas específicas e particulares, apropriam-se de um dado segmento do espaço.

A proposta de Souza (2001) para o conceito de território se aproxima dos interesses aqui pretendidos, uma vez que vincula as relações de poder engendradas a dimensão do

espaço. Desse modo, o domínio e o exercício do poder são possibilitados pela própria dinâmica espacial.

O território, dotado das dimensões política, cultural e econômica, se apresenta, assim, como um “dado segmento do espaço, via de regra delimitado, que resulta da apropriação e controle por parte de um determinado agente social, um grupo humano, uma empresa ou uma instituição como o Estado ou outra organização social” (Rosendahl, 2003: 2). A partir disso, a territorialidade constitui o conjunto de práticas então desenvolvidas no território pelos grupos que nele estabelecem suas relações a fim de garantir seu controle, ou seja, o comportamento espaço – territorial de grupos sociais para se manterem no poder (Sack, 1986). Contudo, é visto que tais objetivos e práticas variam de acordo com a intencionalidade dos agentes envolvidos nessas relações. As estratégias principais da Igreja Católica, de difundir sua territorialidade através da criação e desmembramento de dioceses, paróquias, bem como de outros fixos, possuem também uma intencionalidade que pode ser alterada ao longo de uma escala temporal, visando, primordialmente, a difusão da fé católica.

O processo de difusão na dimensão espacial visa, sobretudo, compreender e analisar as transformações na distribuição entre os nós, pontos e vértices, interconectados por ligações, vias e fluxos. Segundo Santos (2003: 41), “existe acordo geral acerca da necessidade de se introduzir a noção de tempo na geografia – daí a importância dos estudos sobre a difusão espacial de inovações”. Manifestado no tempo e no espaço, o processo de difusão está fundamentado na adoção de estratégias e práticas as quais constituem-se essenciais para que os elementos a serem difundidos alcancem, com êxito, os grupos alvo, (re)configurando, deste modo, os arranjos espaciais até então estabelecidos (Hägerstrand, 1953). Hägerstrand e Brown sobressaem, neste preâmbulo, como ícones nos estudos e teorias formuladas acerca do processo de difusão de inovações. Ao propor uma revisão teórica do modelo conceitual de Hägerstrand, o qual ressaltava a difusão espacial de informações a partir dos padrões comportamentais e de tomadas de decisão, Brown enfatiza este processo sob a ótica do mercado e da infra-estrutura, enfocando as inconsistências do modelo anterior. Por intermédio dos meios de comunicação e transporte, tecnologicamente desenvolvidos e desigualmente distribuídos pelos territórios, os quais promovem uma maior velocidade na circulação de bens, pessoas e informações, podemos ressaltar que nem todos os lugares encontram-se privilegiados pela posição geográfica, o que impossibilita, em muitos casos, a constituição de pontos de difusão. Ou seja, o espraiamento de algo novo, material ou não, possui um ponto de origem e um ponto de destino e deve ser contextualizado espaço e temporalmente, alterando suas estratégias e seus itinerários – os quais concedem viabilidade às estratégias e às possibilidades técnicas - redefinindo os tempos e os agentes de difusão, criando focos secundários e encontrando

barreiras, de ordem econômica, social e política, que muito influem neste processo. No bojo da importância da análise geográfica no estudo da difusão, a Igreja Católica Apostólica Romana assume posição fundamental e merece considerações mais aprofundadas, uma vez que a manifestação da fé e sua difusão vêm acompanhadas de objetivos e meios que se modificam em um estado fortemente religioso, como Santa Catarina, ao longo do tempo, conforme os interesses vigentes.

O estudo da rede diocesana da Igreja Católica no estado de Santa Catarina nos interessa predominantemente no tocante à sua estrutura administrativa, bem como nos permite apreender seu papel como instrumento de poder² da Igreja Católica, com o objetivo de organizar o espaço religioso, tornando-o território mediante as práticas nele desenvolvidas. Em um estado marcado pela ausência da cultura afro-brasileira, o povoamento açoriano no litoral e a presença relevante de população italiana e alemã – professando o catolicismo e o protestantismo - em espaços mais interioranos são considerações de importância ímpar nas análises acerca da constituição dos territórios religiosos no recorte espacial determinado. No contexto da rede geográfica, conceito este compreendido como “um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações” (Corrêa, 2001: 107), a rede de dioceses manifesta-se, inserida na rede urbana, criando e recriando a organização espacial religiosa, na medida em que, em escalas locais ou regionais e através de relações hierarquizadas, a diocese reforça o papel das capitais regionais e suas dinâmicas distintas como importantes centros dotados de funções centrais relevantes à sua estrutura espacial, corroborando os meios e as estratégias utilizadas pela instituição religiosa, a Igreja Católica, com o intuito de assegurar controle sobre a dinâmica territorial catarinense. A Teoria das Localidades Centrais, elaborada e proposta por Walter Christaller na década de 1930, deve ser aqui abordada, pois, a partir da organização espacial da distribuição de bens e serviços, um dado centro urbano projeta-se espacialmente, assumindo posição de destaque na emergência de uma rede urbana hierarquizada. Nessa direção, observamos as práticas da Igreja no tocante à constituição dos centros diocesanos que, inseridos em uma dada organização hierárquica e, em razão da função que desempenham, acabam por ampliar sua importância na estrutura da rede urbana. Torna-se pertinente e cabível a esta pesquisa compreender a gênese e a estruturação da rede diocesana, sua inserção na rede urbana, bem como as relações existentes entre elas, salientando o fato de que a territorialidade da Igreja Católica não está dissociada das práticas engendradas pelos agentes sociais.

² Raffestin (1980), Lefévre (1980) e Claval (1989) (apud Dias, 2001: 147) são autores que compartilham da noção de rede como instrumento de poder.

Reconhecer o fenômeno religioso, seus símbolos e os significados conferidos ao espaço torna-se premente para que o território religioso seja então compreendido em meio às preocupações com a materialização da fé e com as marcas responsáveis por identificar e delimitar um certo território. Assim, conforme Rosendahl explicita, a religião apropria-se efetiva ou afetivamente dos espaços, na busca por analisar “o comportamento estratégico adotado por minorias religiosas, dentro de domínios religiosos maiores e a mistura de comunidades religiosas em áreas de transição” (Rosendahl, 2003: 201).

A Igreja Católica, hierárquica e burocrática, apresenta-se com uma estrutura administrativa particular, que exerce um domínio e se perpetua ao longo do tempo, mediante a difusão de seus simbolismos religiosos pela sociedade. Compreender seus objetivos, estratégias e meios para alcançá-los no estado de Santa Catarina torna-se mais do que instigante, pois as diferenciações espaciais nos estados brasileiros corroboram a necessidade de articulações também diferenciadas na criação de paróquias, dioceses, prelazias e arquidioceses, as quais variam de acordo com a evolução histórica de cada localidade. Na divisão religiosa do espaço territorial brasileiro, as paróquias e dioceses constituem configurações espaciais onde o poder é exercido a fim de garantir a manutenção da territorialidade da Igreja Católica. Seus padrões de localização pelo território brasileiro não apresentam uma homogeneidade regular, constituindo diferentes níveis de interação e de espacialidade com as outras estruturas de poder vigentes.

Enquanto a paróquia é um território religioso, “onde se dá o controle do cotidiano, porque ela está na escala da convivência humana” (Rosendahl e Corrêa, inédito), subordinado à gestão do pároco, a diocese reúne um conjunto de paróquias cuja administração é exercida pelo bispo, especializado agente religioso com significativo poder administrativo, que se localiza, na maioria das vezes, na capital administrativa do estado. Constitui-se como “a única e verdadeira unidade territorial de base da Igreja Católica” (Lecocquierre e Steck apud Rosendahl, inédito), sendo “evocada como território religioso verdadeiramente presente e atuante no processo de regulação e religiosidade católica” (Rosendahl, inédito). Tanto o bispo como o arcebispo estão subordinados a Congregação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, situada em Brasília, a qual responde, inserida em uma hierarquia espacial, aos interesses de uma centralidade maior exercida pelo Vaticano, em Roma.

Dioceses Católicas e sua Distribuição Espacial em Santa Catarina

Uma análise inicial da distribuição das dioceses no recorte espacial determinado, o Estado de Santa Catarina, permite algumas considerações acerca dos desmembramentos destes territórios religiosos ao longo dos processos de povoamento, de evolução das cidades e de difusão e materialização da fé católica, tão objetivada pela Igreja. As primeiras

dioceses catarinenses datam do início do século XX, atestando estratégias recentes da Igreja para o estado, como a Arquidiocese de Florianópolis, a diocese de Lages e a de Joinville. No caso da primeira, é visto que a diocese de Santa Catarina, criada em 1908, foi desmembrada da então diocese de Curitiba e elevada, em 1927, a Arquidiocese e Sede Metropolitana, passando a denominar-se Arquidiocese de Florianópolis e totalizando 57 paróquias. As dioceses de Lages e de Joinville foram criadas também em 1927, desmembradas da Arquidiocese de Florianópolis e apresentam, respectivamente, um total de 23 e 31 paróquias. A diocese de Tubarão, fundada em 1954 a partir do desmembramento da Arquidiocese de Florianópolis e com 23 paróquias, demonstra o considerável intervalo de tempo desde a criação das primeiras dioceses, o que ainda será objeto de investigação nesta pesquisa.

Após quatro anos, a diocese de Chapecó é criada, em 1958, face o desmembramento da diocese de Lages e da Prelazia de Palmas, hoje diocese de Palmas – Francisco Beltrão, totalizando 40 territórios paroquiais. No ano de 1968, a diocese de Caçador é desmembrada da diocese de Lages, com um todo de 23 paróquias e a diocese de Rio do Sul também é criada a partir do desmembramento da Arquidiocese de Florianópolis e da diocese de Joinville, totalizando 30 paróquias. A diocese de Joaçaba, reunindo 24 paróquias, foi criada em 1975, desmembrada das dioceses de Lages, Chapecó e Caçador.

Mais de vinte anos após, em 1998, Criciúma passa a constituir diocese, com 29 paróquias, desmembrada da diocese de Tubarão. Por fim, a diocese de Blumenau, criada em 2000 e com um total de 25 paróquias, sofreu desmembramento da Arquidiocese de Florianópolis e das dioceses de Joinville e Rio do Sul. Blumenau, última diocese criada, constitui ainda uma questão a ser pensada e repensada, no sentido de desvendar os motivos que levaram a Igreja Católica a fundar este território religioso somente no ano 2000. Sendo a principal cidade do Vale do Itajaí, Blumenau, uma cidade portuária, com uma população significativa e com um grande parque industrial consolidado a partir das décadas de 1960 e 1970, interessa pesquisar porque não havia sido contemplada até então pela Igreja Católica para a fundação de diocese. Além disso, interessa averiguar ainda o porquê de ter sido desmembrada de outras dioceses de cidades menores. A tabela que se segue visa elucidar os dados acima expostos com mais clareza.

Quadro 1: Origem das Arquidioceses e Dioceses de Santa Catarina

| DATA DE CRIAÇÃO | DIOCESES | ORIGEM |
|------------------------|-----------------|---------------------------------------|
| 1908 | Florianópolis | Curitiba |
| 1927 | Lages | Florianópolis |
| 1927 | Joinville | Florianópolis |
| 1954 | Tubarão | Florianópolis |
| 1958 | Chapecó | Prelazia de Palmas |
| 1968 | Caçador | Lages |
| 1968 | Rio do Sul | Florianópolis e Joinville |
| 1975 | Joaçaba | Lages, Chapecó e Caçador |
| 1998 | Criciúma | Tubarão |
| 2000 | Blumenau | Florianópolis, Joinville e Rio do Sul |

Fonte: CERIS, 2000. Org. por CARDOSO, K., 2004

Desvendar a origem e difusão das dioceses e Arquidiocese no estado de Santa Catarina, importância ímpar para compreender a organização territorial religiosa desta unidade federativa, nos levou a elaborar tempos de difusão, totalizando quatro, os quais ajudam a clarificar um processo ainda em fase de investigação e de construção teórico-metodológica. Para tanto, foi adotado um centro de difusão inicial, com sede na Arquidiocese de Florianópolis que originou, em um primeiro momento, tempo um, chamado T1, as dioceses de Lages e Joinville, conforme já mencionado. O T2, representando o segundo momento, caracterizou a criação das dioceses de Tubarão e de Chapecó. Em um período de tempo posterior, o T3, observamos, por origem compartilhada, o surgimento das dioceses Rio do Sul, Caçador e Joaçaba. Por fim, no T4, as dioceses de Criciúma e Blumenau são criadas, também por origem compartilhada, visando atender interesses tardios da Igreja Católica e ainda um tanto quanto pouco conhecidos, mas que já nos instiga

e motiva a revelar a organização territorial religiosa neste estado, palco das correntes migratórias no decorrer de seu processo de povoamento, ao longo dos séculos.

A seleção das informações a serem analisadas, envolvendo dados quantitativos e qualitativos, a confecção posterior de mapas, tabelas, gráficos e esquemas e a interpretação desse material permitem descrever o entendimento da difusão da Igreja Católica e as suas diferentes territorialidades em Santa Catarina, no ano 2000. Este procedimento foi escolhido na tentativa de aprofundar os estudos geográficos sobre o nosso território, sob o viés da religião.

Considerações Finais

Território, Territorialidade e religião católica apostólica romana no Brasil envolvem heterogeneidades culturais distintas, mas apresentam forte controle administrativo por intermédio das dioceses e paróquias. Tais reflexões induziram ao interesse em reconhecer as estratégias de difusão da Igreja Católica e a lógica espacial de suas diferentes territorialidades no estado de Santa Catarina. Este procedimento escolhido na tentativa de aprofundar os estudos geográficos sobre o estado de Santa Catarina, tão necessário para dar complementaridade ao projeto maior, realizado em escala nacional por Rosendahl (2003). Admiti-se que contextos sócio-espaciais distintos requerem estratégias territoriais também distintas para Santa Catarina.

Calcado em reflexões ainda iniciais, este trabalho pretende ser realizado, estando sujeito à incorporação de novas considerações que venham a contribuir para o sucesso da pesquisa. Tal fato decorre da dinamicidade do saber geográfico. Apreender as lógicas territoriais adotadas pela Igreja Católica na implantação da rede diocesana vem acompanhado da premência de se analisar as estratégias também elencadas no sentido de priorizar alguns centros de acordo com os seus índices demográficos. Isto posto, no bojo deste processo investigativo, muitas questões ainda não apresentam considerações conclusivas, merecendo, indubitavelmente, reflexões minuciosas e detalhadas, as quais serão de importância ímpar para a conclusão do presente trabalho.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO CATÓLICO DO BRASIL 2000. Rio de Janeiro: CERIS, 2000.

BEZERRA, V.M.A.C. Cidades. In: *Geografia do Brasil*. Vol 2, Região Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 420p.

BONELLI, P.M.R. *Fragmentação e Remembramento das Dioceses Paranaenses: Uma Análise Espaço-Temporal (2000)*. 66p. Monografia de conclusão do curso de graduação – Instituto de Geociências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

CORRÊA, R.L. *Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Trajetórias Geográficas*. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DIAS, L.C. *Redes: Emergência e Organização*. In: *Geografia: Conceitos e Temas*. CASTRO, I.E.; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). 3ªed. Rio de Janeiro, Bertrand, 2001.

- DURKHEIM, E. *Lês Formes Élémentaires de La Vie Religieuse*. Paris: Payot, 1959.
- ELIADE, M. *O Sagrado e o Profano. A Essência das Religiões*. Lisboa: edições Livro do Brasil, 1962.
- IBGE: Região Sul – Coleção Geografia do Brasil, 1991.
- OLIVEIRA, E.G. et al. (org.). *A Difusão vista através de um prisma – A Geografia*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 40(1): 83-110, jan./mar.; 1978.
- RIBEIRO, M.A. *Território e Prostituição na Metrópole Carioca*. 1ª ed. São João de Meriti, Rio de Janeiro: Ed. Ecomuseu Fluminense, pp.16-56, 2002.
- ROSENDAHL, Z. *Espaço e Religião: uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 2ª ed., 2002.
- _____. *Espaço, Cultura e Religião: Dimensões de Análise*. Introdução à Geografia Cultural.
- CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L.; *A Territorialidade da Igreja Católica no Brasil – 1800 e 1930*. TEXTOS NEPEC. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. 25p.
- SACK, R.D. *Human Territoriality. Its Theory and History*. Cambridge, Cambridge: University Press, 1986.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1991.
- _____. *Difusão de Inovações ou Estratégia de Vendas?*. In: Economia Espacial: Críticas e Alternativas. São Paulo, Edusp, 2ªed, 2003.
- SILVA, C.A.F. da. *Os Avatares da Teoria da Difusão Espacial: Uma Revisão Teórica*. Revista Brasileira de Geografia. 57(1); 25-51, jan./mar., 1995.
- SOUZA, M.J.L.de. *O Território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, I.E. et al. (org). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- TUAN, Y.F. *Topofilia*. Tradução por Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.
- WEBER, M. *Economia y Sociedad*, México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1964.